DESCODIFICANDO O PARENTESCO

por

Luís Batalha*

Resumo: Ao contrário do que pensavam os evolucionistas do século XIX, as terminologias de parentesco não são o fruto do génio inventivo dos 'nativos'. Elas representam antes formas logicamente adaptadas às necessidades da sua organização social. De uma forma geral a organização e a estrutura sociais tendem a responder adaptativamente aos desafios que a vida humana nos diferentes ecossistemas enfrenta. No século XIX, Lewis H. Morgan identificou meia-dúzia de padrões básicos de terminologias de parentesco. Embora hoje se saiba que nem todos os sistemas encaixam nesses padrões, eles continuam a ser ensinados nos cursos de antropologia cultural e a servir de grelha interpretativa para qualquer sistema de parentesco que se encontre. De todas as terminologias definidas por Morgan, a crow e omaha continuam a ser as que mais desafiam qualquer explicação possível. Actualmente o estudo do parentesco perdeu importância na antropologia devido ao facto de os antropólogos cada vez estudarem mais fenómenos de estruturação social que estão para além do parentesco, especialmente nas modernas sociedades urbanas.

Palavras-chave: Parentesco; filiação; residência.

Origens da 'ciência' do parentesco

O estudo 'científico' do parentesco não tem mais do que um século. Os primeiros antropólogos que estudaram o parentesco fizeram-no prestando sobretudo atenção aos termos usados pelos próprios 'nativos'. Os termos de parentesco eram olhados como uma espécie de sobrevivência dos 'tempos primitivos', em que as pessoas supostamente viviam numa completa, ou quase, 'promiscuidade social'. Tanto 'casamento de grupo' como 'promiscuidade' eram expressões usadas frequentemente pelos antropólogos do século XIX para definir a organização social 'primitiva'. É claro que este tipo de preconceitos fundados numa visão etnocêntrica do mundo retiram qualquer valor sociológico às suas teorias. A maior parte dos antropólogos do século XIX acreditavam que as formas de parentesco eram determinadas por instintos e propensões inatas.

* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua G, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa. E-mail: lbatalha@iscsp.utl.pt.

Os evolucionistas defendiam que os sistemas de parentesco eram determinados pelas mesmas leis biológicas que governam a hereditariedade.

Um dos primeiros antropólogos a dedicar-se seriamente ao estudo dos sistemas de parentesco foi Lewis Henry Morgan (1818-1881). Em 1870 publicou *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family,* no qual dividiu os sistemas de parentesco em dois tipos: os *descritivos*, que separam os ascendentes e descendentes do *ego*[1] dos seus parentes colaterais (i.e. primos(as), tios(as)), e os *classificatórios*, que fundem na mesma categoria, de diversas maneiras, tanto os ascendentes e descendentes do *ego* como os seus colaterais. Segundo Morgan, exemplos de sistemas *descritivos* encontravam-se nos povos falantes das línguas arianas, semíticas e urálicas, enquanto os *classificatórios* eram característicos dos índios norte-americanos, dos povos da polinésia e de alguns povos asiáticos (Eggan 1972).

Para Morgan as terminologias de parentesco constituíam sobretudo sistemas de linguagem e não sistemas de categorias capazes de traduzir o sistema de relações sociais dos indivíduos e grupos. Por volta de 1858 Morgan percebeu que os índios ojibwa possuíam uma terminologia de parentesco semelhante à dos iroqueses, embora não falassem a mesma língua. Isso fê-lo pensar que as terminologias de parentesco eram mais estáveis do que a língua. Assim, a partir da semelhança entre as terminologias de parentesco dos diversos grupos de índios, Morgan tentou demonstrar que todos os índios norte-americanos descendiam de um ramo comum com origem asiática. E pensou tê-lo demonstrado quando descobriu que os tamis da Índia tinham uma terminologia semelhante à da maior parte dos índios norte-americanos.

Em *Ancient Society* (1877), a hipótese evolucionista defendida por Morgan é em parte sustentada pela ideia de que na origem da sociedade humana apenas existiria um pequeno número de formas de parentesco a partir das quais surgiu toda a diversidade posterior. Contudo, o forte criticismo a que o seu trabalho foi sujeito diminuiu em grande parte a importância dos seus estudos sobre o parentesco.

William H. R. Rivers foi outro dos nomes que no virar do século XIX para o XX deu um importante contributo para o estudo do parentesco, através do que designou por 'método genealógico', o qual utilizou no trabalho de campo que efectuou durante a expedição ao Estreito de Torres em 1998-1900. No seu trabalho *Kinship and Social Organization* (1914) defendeu que as terminologias de parentesco eram determinadas pelo tipo de casamento, sendo portanto determinadas pelas instituições sociais existentes e não o contrário.

---

[1] *Ego* é a designação que toma a pessoa a partir da qual se traça o sistema de parentesco. Na maior parte das situações é irrelevante se o *ego* é homem ou mulher, embora noutras a percepção do sistema possa variar com o género do *ego*.

Alguns dos pioneiros da antropologia social britânica contribuíram também grandemente para o estudo do parentesco. Bronislaw Malinowski (1884-1942) nas suas obras *The Family Among the Australian Aborigines* (1913) e *Argonauts of the Western Pacific* (1922), chama a atenção para o papel social das categorias de parentesco. A distinção entre *pater* (pai social) e *genitor* (pai biológico) deve-se a ele. Alfred Radcliffe-Brown na sua obra *Social Organization of Australian Tribes* (1913) e na introdução de *African Systems of Kinhip and Marriage* (1950) também salienta a importância do parentesco como forma de estruturar a organização social. O parentesco fornece às pessoas um sistema de referências para que a cooperação entre elas possa acontecer de forma estruturada e regular, contribuindo assim para o 'equilíbrio' do sistema social. Radcliffe-Brown propôs também um forma geral de classificação dos sistemas de parentesco, dividindo-os em quatro tipos: patrilineares, matrilineares, cognáticos, e de filiação dupla. O trabalho de Malinowski e Radcliffe-Brown teve continuação no de Raymond Firth sobre os Tikopia (1936), de Evans-Pritchard sobre os Azende e os Nuer (1951), e de Mayer Fortes sobre os Tallensi (1949). Apenas para referir alguns dos mais conhecidos.

O contributo de Claude Lévi-Strauss merece também ser distinguido como um dos mais importantes de sempre na antropologia. Na sua obra *Les Structures Élémentaires de la Parenté* (1949), ele estabelece a distinção crucial entre aquilo que passaria a designar-se por sistemas elementares e sistemas complexos de parentesco. Os sistemas elementares caracterizam-se pela existência de uma distinção entre primos cruzados e primos paralelos, e são a regra nas sociedades 'primitivas', enquanto os sistemas complexos não estão ligados a nenhuma forma de casamento preferencial e são a regra nas sociedades 'complexas' (de tipo europeu e americano).

Na década de 1960 desenvolveu-se um método de análise do parentesco que fez correr muita tinta na antropologia. Tratou-se do método da *análise componencial*, adaptado a partir da linguística. Este método considera que as categorias de parentesco podem ser tratadas da mesma forma que as todas as outras categorias linguísticas e analisadas de acordo com o valor semântico que lhes é atribuído pelos próprios 'nativos', ou seja pelo seu valor no sistema *emic*[2].

Ward Goodenough (1956), recuperando alguns dos princípios que Alfred Kroeber usou na análise que fez dos sistemas de parentesco, foi um dos pioneiros neste tipo de trabalho. Actualmente o estudo do parentesco representa uma actividade relativamente insignificante no contexto da antropologia, particularmente da antropologia social. A razão disso está no facto de os antropólogos cada vez mais estudarem grupos e sociedades onde o parentesco não é a chave para a compreensão da organização social. O

[2] A propósito da distinção entre categorias emic e etic veja-se Harris (1969) e Batalha (1998).

auge dos estudos de parentesco ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970, altura em que houve grandes debates em ambos os lados do atlântico sobre a natureza e o significado dos sistemas de parentesco.

O parentesco como chave da organização social

O parentesco é provavelmente o mais universal de todos os universais de cultura, e a base universal de qualquer sistema de parentesco é a família nuclear. Esta encontra-se em todas as sociedades e é o garante da reprodução biológica da espécie, assim como da enculturação e socialização das crianças. Durante décadas, o estudo do parentesco constituiu a actividade por excelência da antropologia social, pois as sociedades que os antropólogos estudavam possuíam formas de organização social quase exclusivamente assentes nos laços de parentesco.

Para perceber a teia de relações sociais que se estabelece numa sociedade onde o parentesco é a forma de organização social dominante, o antropólogo precisa de aprender a terminologia de parentesco usada pelas pessoas nessa sociedade, assim como as regras de comportamento associadas a cada uma das categorias de parentesco. Cada categoria de parentesco possui um conteúdo comportamental. Por exemplo, no nosso sistema de parentesco, e no que respeita aos comportamentos sexuais, as categorias 'irmão', 'irmã', 'mãe' e 'pai' estão associadas a uma proibição de relacionamento sexual, conhecida na antropologia por *tabu* do incesto. Noutros domínios do comportamento essas mesmas categorias estão associadas a outras normas que o antropólogo tem de aprender tal como o 'nativo', com a diferença de que enquanto o 'nativo' aprende desde criança, sem esforço e de forma inconsciente, o antropólogo aprende à custa de trabalho árduo, dificultado pelo facto de na maior parte dos casos ele não conhecer devidamente a língua do 'nativo'.

Após décadas de estudo do parentesco, os antropólogos apenas parecem concordar em relação a dois princípios 'ideológicos' básicos subjacentes à organização de qualquer grupo de parentesco: a *afinidade* e a *consanguinidade*, esta última também designada por filiação. A primeira representa as relações de parentesco estabelecidas entre dois grupos sociais distintos através do casamento entre duas pessoas pertencentes a grupos de parentesco diferentes. O casamento representa assim não apenas a ligação entre aquelas duas pessoas, mas também entre os dois grupos a que pertencem. A segunda representa os 'laços de sangue', que podem ou não ter uma base genética. Por exemplo, a relação entre as categorias 'pai' e 'filho' pode ter um conteúdo genético ou não, dependendo se o filho é 'biológico' ou 'adoptado'. Em muitos casos, o antropólogo não tem como sabê-lo, pois certos 'nativos' não distinguem os 'filhos adoptivos' dos 'filhos biológicos', ao contrário do que ainda acontece no *emic* da sociedade portuguesa.

Qualquer sistema de parentesco resulta da conjugação de laços de *afinidade e consanguinidade*, tal como são definidos pelo próprio 'nativo'. Consequentemente, qualquer estudo de parentesco deve começar com o inventário das categorias *emic* de parentesco, ou seja aquelas que os 'nativos' usam no seu dia-a-dia quando se referem uns aos outros. Uma das divergências principais em termos do estudo do parentesco entre a antropologia social britânica e a antropologia cultural americana foi a persistência dos antropólogos britânicos em distinguirem *descendência* de *filiação*, usando a primeira para descrever relações de consanguinidade envolvendo pelo menos três gerações (i.e. entre 'avós' e 'netos'), e a segunda para descrever relações de consanguinidade apenas dentro da família nuclear (i.e. entre 'irmãos(ãs)', 'pais' e 'filhos') (Fortes 1969).

A filiação como sistema *emic*

As relações de parentesco estão associadas na mente das pessoas (incluindo a mente de alguns antropólogos) a relações biológicas entre indivíduos. No entanto, o casamento pode estabelecer uma relação de parentesco entre uma criança e um 'pai' geneticamente não relacionado com ela. Malinowski (1922) foi um dos primeiros a perceber a diferença entre parentesco 'social' e parentesco 'biológico'. Ao estudar os ilhéus trobriand apercebeu-se da distinção entre o pai social, *pater*, e o pai biológico, *genitor*. Era claro que o parentesco trobriand não se estabelecia numa base estritamente biológica. O conceito *emic* de filiação expõe a crença existente em todas as culturas de que certas pessoas têm um papel especial na concepção, nascimento e educação das crianças (Harris 1980). Todas as sociedades possuem uma 'teoria' oficial (várias nalguns casos) sobre a reprodução (Scheffler 1973), e o conceito de filiação está de certo modo ligado à crença numa certa imortalidade do ser (Craig 1979), que por sua vez faz com que o parentesco e a filiação sejam universais de cultura.

Na tradição popular greco-romana ocidental, a mulher e o homem têm ambos um papel importante na procriação. O sémen é metaforizado como a 'semente' e o 'ventre' como o solo onde se dá a germinação. Assim, as crianças são igualmente aparentadas ao pai e à mãe pelos 'laços de sangue', fazendo-se a distinção entre estes e os laços estabelecidos pelo casamento. É comum ainda hoje ouvir uma 'sogra' dizer de um 'genro', "ele não é sangue do meu sangue, como a minha filha". Na cultura ocidental esta distinção *emic*, e portanto ideológica, influencia de forma determinante a organização social, pois as pessoas tendem a confiar mais nos parentes de 'sangue' do que nos afins. Esta distinção popular está na origem da definição etnocêntrica de *consanguinidade* avançada pelos antropólogos de século XIX para descrever as relações de *filiação*. O parentesco 'consanguíneo' não é mais do que um componente *emic*

das terminologias de parentesco originado na cultura 'ocidental'.

Assim que deixamos para trás o nosso etnocentrismo 'ocidental', verificamos que os papéis do homem e da mulher na procriação variam significativamente de sociedade para sociedade. Por exemplo, os ashanti do Gana acreditam que o sangue da criança vem apenas da mãe, tal como os traços físicos da criança. Mas o temperamento e a personalidade são dados pelo sémen do pai. Os aloreses da Indonésia acreditam que a criança se forma a partir do sémen do pai e dos fluídos menstruais da mãe, os quais ao fim de dois meses de acumulação no ventre começam a solidificar. Noutras sociedades pensa-se que o desenvolvimento progressivo do feto ao longo dos nove meses resulta da manutenção de relações sexuais regulares durante a gravidez, as quais vão fornecendo a matéria prima (sémen) para a 'construção' do feto. Os tamis da Costa do Malabar acreditam que o feto é o produto de inseminações de diferentes homens na mesma mulher (uma concepção perfeitamente adequada à prática da poliandria). Para os inuit (esquimós) a gravidez resulta da subida de um espírito pelas pernas da mulher, o qual se aloja no útero e se alimenta do sémen do marido, transformando-se depois numa criança. Os trobriand, segundo Malinowski, não atribuem grande importância ao homem na gravidez da mulher, sendo esta inteiramente da responsabilidade de um espírito que lhe entra pela vagina. O homem apenas lhe abre a passagem durante o coito. Outros, como os murngin da Austrália, possuem cosmologias de procriação mais 'estranhas' ainda, pois acreditam que as crianças nascem a partir de espíritos que habitam certos locais, como fontes e poços sagrados. O espírito aparece nos sonhos do pai da criança e pede-lhe para ele lhe indicar a futura mãe da criança. Depois, quando a mulher indicada passa junto da fonte onde o espírito habita este entra-lhe no útero sob a forma de peixe.

Contudo, e apesar das diferentes cosmologias de procriação, todas as culturas reconhecem que a procriação é responsabilidade de homens e mulheres. O que varia é o papel atribuído a cada um deles e a forma como esse papel define os direitos e obrigações de cada um e do respectivo grupo de parentesco em relação às crianças.

'Regras' de filiação

Às diferentes categorias de um sistema de parentesco correspondem diferentes direitos e obrigações individuais por parte dos membros de cada grupo de parentesco, seja ele uma linhagem, uma família extensa ou nuclear. Os antropólogos normalmente distinguem dois tipos básicos de filiação: *cognática e unilinear*. A primeira é aquela em que tanto os membros da linhagem do pai como os da linhagem da mãe são reconhecidos como parentes do *ego*, o qual possui direitos e obrigações para com ambos. A segunda apenas filia o *ego* em relação a uma das linhagens (paterna ou

materna). A forma mais comum de filiação cognática é a *bilateral*, na qual tanto os parentes paternos como maternos de ambos os sexos são reconhecidos como parentes pelo *ego*, e tanto numa linha ascendente como descendente. Outra forma de filiação é a *ambilinear*, em que o *ego* reconhece como seus parentes apenas uma parte das pessoas do lado paterno e uma parte das pessoas do lado materno, excluindo os restantes em ambos os lados. Tal como na filiação *bilateral,* na *ambilinear* são incluídos parentes de ambos os sexos tanto do lado paterno como materno, mas a linha de ascendência-descendência segue uma espécie de ziguezague, incluindo alguns ascendentes e descendentes femininos e masculinos enquanto exclui outros. Deste modo, o *ego* não reconhece a filiação de forma simultânea e equilibrada por uma linha que siga a direito pela mãe, pai e avós.

No que respeita à *filiação unilinear*, existem dois tipos principais: *patrilinear* e *matrilinear*. Quando a filiação é reconhecida patrilinearmente, a linha genealógica do *ego*, quer ascendente quer descendente, é traçada apenas através dos homens, embora em cada geração existam homens e mulheres pertencentes à linhagem do *ego*. Mas em cada geração apenas os homens transmitem a condição de membros à geração seguinte. Quando a filiação é reconhecida matrilinearmente temos uma situação simétrica da anterior. A linha genealógica do *ego* segue apenas através das mulheres, quer no sentido ascendente quer descendente, havendo igualmente em cada geração homens e mulheres que pertencem à sua matrilinhagem. Por outras palavras, enquanto num sistema matrilinear apenas as mulheres transmitem a condição de membro da linhagem, num sistema patrilinear são os homens que transmitem essa condição.

Uma das consequências mais importantes da filiação unilinear é a colocação em grupos de parentesco diferentes das crianças filhas de irmãos de sexo diferente, dando origem a dois tipos distintos de 'primos': os *cruzados* e os *paralelos*. São primos cruzados os filhos de dois irmãos de sexo diferente (irmão com irmã). São primos paralelos os filhos de dois irmãos do mesmo sexo (irmão com irmão; irmã com irmã). Isto equivale a dizer que são primos cruzados os filhos de irmãos de sexo diferente e são primos paralelos os filhos de irmãos do mesmo sexo. Os primos paralelos pertencem à linhagem do *ego* e são tratados com irmãos, sendo abrangidos pelo o *tabu* do incesto. Os primos cruzados não pertencem à linhagem do *ego* e são tratados como potenciais cônjuges, havendo mesmo em muitos casos uma preferência pelo casamento com um desses primos cruzados.

Além deste tipo de filiação unilinear, existe ainda a chamada *filiação dupla* ou *descendência dupla*, na qual o *ego* reconhece simultaneamente como seus parentes os membros da matrilinhagem da mãe e da patrilinhagem do pai. Podem ocorrer ainda várias outras combinações deste tipo de filiação. Todas as sociedades possuem um certo grau de bilateralidade ou unilateralidade, conforme sejam unilineares ou bilineares, respectivamente, em termos de direitos e obrigações do *ego*. Na sociedade europeia,

até há pouco tempo atrás, apesar da bilateralidade do parentesco, os nomes de família eram transmitidos seguindo sobretudo uma linha masculina (patronímica patrilinear). Também, na mesma sociedade podem ocorrer várias regras de filiação diferentes, desde que essas regras se apliquem a esferas de pensamento e comportamento distintas.

Os grupos de parentesco não constituem necessariamente um grupo doméstico co-residente. As *parentelas* são um bom exemplo de um grupo de parentesco não co-residente. Uma 'família' na terminologia de parentesco euro-americana significa na prática uma *parentela* em termos *etic*. Trata-se de um grupo alargado de pessoas de ambos os sexos, tanto matrilateralmente como patrilateralmente, que se consideram 'família'. A principal característica das *parentelas* é a extensão e profundidade das suas relações de parentesco. A distância que separa o *ego* dos seus parentes é 'medida' em função do número de nós genealógicos que existe entre ele e os seus parentes, sem que no entanto o *ego* aplique um critério absoluto para classificar esses parentes. Umas das consequências desta característica é que tanto o *ego* como os seus irmãos são incorporados numa *parentela* exclusiva, da qual apenas os seus *primos duplos*[3] fazem parte. As *parentelas* dificilmente se transformam em grupos de interesses corporativos, e são por isso consideradas pelos antropólogos como uma forma de parentesco fictícia. Possuem diferentes designações *emic* conforme as regiões e sociedades onde se encontram. Nas sociedades mediterrâneas tradicionais tomam o nome de *compadrios* em Portugal, *compadrazgo* em Espanha, *compari* em Itália e *koumbari* na Grécia.

Um outro tipo de grupo cognático, mas *ambilinear*, é a *linhagem cognática* cuja filiação é traçada a partir de um ou mais ancestrais, quer através de um homem, uma mulher, ou de ambos simultaneamente. Este tipo de linhagem assenta no princípio de que todos os seus membros são capazes de identificar a sua ligação genealógica ao ancestral comum fundador da linhagem. Existem também *clãs cognáticos*, mas nesse caso a filiação comum é especulativa, não sendo os seus membros capazes de a demonstrar. É o caso dos clãs escoceses, cujos membros se identificam através dos apelidos patronímicos, sendo na prática difícil estabelecer a ligação entre todos os membros (Neville 1979).

A filiação *unilinear* dá origem a grupos de parentesco unilineares. Quando todas as pessoas de um desses grupos conseguem demonstrar a sua filiação relativamente ao ancestral comum, o grupo recebe o nome de *patrilinhagem* ou *matrilinhagem* conforme o ancestral seja homem ou mulher respectivamente. As linhagens são grupos de parentes co-residentes que funcionam como grupos corporativos que defendem os seus interesses comuns uns contra os outros. Quando uma linhagem inclui todas as gerações desde o seu fundador designa-se por *maxilinhagem*. Quando apenas inclui três gerações a contar do

[3] Os primos duplos são aqueles cujos pais são primos entre si (Harris 1980, 1983).

fundador designa-se por *minilinhagem*. Quando a filiação é mais estipulada do que demonstrada, designa-se por *patriclã* ou *patrisibe*, *matriclã* ou matrisibe, conforme a filiação ancestral seja masculina ou feminina. No meio de todas estas situações, por vezes é difícil o antropólogo estabelecer um distinção clara entre linhagens e clãs, pois as linhagens podem conter várias sublinhagens e os clãs vários subclãs.

'Regras' de residência

Para que se possam compreender os processos causais responsáveis pela diversidade de grupos domésticos e pelas diferentes ideologias de filiação deve analisar-se o padrão de residência adoptado após o casamento. Os antropólogos concordam que são os padrões de residência que determinam os padrões de filiação.

Uma lista bastante completa dos padrões de residência pode encontrar-se em Harris (1980: 278):

Neolocalidade: o casal recém formado constitui uma residência separada, tanto dos parentes dele como dos parentes dela.

Bilocalidade: o casal alterna a residência entre os parentes de ambos, passando uma parte do ano com o grupo do marido e outra com o grupo da mulher.

Ambilocalidade: Alguns casais fixam residência junto dos parentes do marido, outros junto dos parentes da mulher.

Patrilocalidade: o casal fixa residência junto do pai do marido.

Matrilocalidade: o casal fixa residência junta da mãe da mulher.

Avuncolocalidade: o casal fixa residência junto do tio materno do marido.

Amitalocalidade: hipótese meramente teórica, em que o casal fixaria residência junto da tia paterna da mulher (trata-se do padrão simétrico da avuncolocalidade, mas que não foi até hoje encontrado em nenhuma sociedade, representando uma hipótese meramente académica).

Uxorilocalidade: o casal fixa residência junto da parentela da mulher (é comum combinar-se com algumas das outras formas acima descritas).

Virilocalidade: o casal fixa residência junto da parentela do marido (é também comum combinar-se com algumas das outras formas).

As regras de residência após o casamento influenciam a filiação porque determinam quem entra, sai ou permanece em determinado grupo doméstico (Murdock, 1949; Naroll, 1973). O grupo doméstico é constituído por um agregado de parentes formado pela deslocação de pessoas após o casamento. Por sua vez, o movimento de pessoas é influenciado pelas condições demográficas, tecnológicas, económicas e ecológicas a que as sociedades estão sujeitas. As condições políticas podem também contribuir grandemente para a definição de um ou outro tipo de filiação e de residência.

Filiação bilateral

A filiação bilateral está associada a várias combinações de neolocalidade, ambilocalidade e bilocalidade. Estas formas de residência reflectem um elevado grau de mobilidade e flexibilidade das famílias nucleares. Isso torna-se extremamente importante para os caçadores-recolectores que vivem em pequenos bandos, como acontece no caso dos !kung, mbuti e inuit onde a correlação entre bilateralidade e mobilidade geográfica é forte. O facto de a estrutura dos bandos ser flexível permite uma adaptação à variabilidade das condições ecológicas, pois assim cada família poderá sempre procurar apoio noutro acampamento onde tenha parentes, tanto patrilateralmente como matrilateralmente. Se a organização social dos bandos estivesse dependente de formas de filiação unilateral, isso reduziria teoricamente para 'metade' os potenciais apoios em caso de necessidade.

No caso das sociedades urbano-industriais, a bilateralidade das famílias nucleares responde adaptativamente às condições de mercado, particularmente do mercado de trabalho assalariado, assim como à substituição da economia familiar pela economia capitalista de mercado. O facto de tanto o marido como a mulher puderem recorrer ao seu respectivo grupo de parentesco em caso de necessidade faz da família nuclear a forma mais adaptada para enfrentar a incerteza dos ciclos económicos, tão característica das economias industriais urbanas. Porém, a crescente individualização do mercado de trabalho, assim como a sua cada vez maior incerteza fazem com que a própria família nuclear se torne uma estrutura social demasiado 'pesada' para responder às necessidades de mobilidade actuais. Para largos sectores da população industrial a família nuclear actual tende a ser cada vez mais uma unidade constituída pela mãe e os filhos, acabando com a bilateralidade do seu sistema de filiação devido à ausência do marido. Sem marido, a família fica impedida de estabelecer uma rede de ajuda patrilateral[4].

Linhagens cognáticas e clãs

Este tipo de grupos está associado à *ambilocalidade,* situação em que o casal escolhe residir junto dos parentes do marido ou da mulher de forma definitiva e mutuamente exclusiva (no caso bilocal existe alternância). Isto representa uma forma mais sedentária de vida social e proporciona o desenvolvimento de interesses corporativos mais fortes. Contudo, este tipo de organização tem menos potencial para formar unidades corporativas tão coesas como os grupos de filiação unilinear.

---

[4] A propósito da 'ascensão' e 'queda' da família nuclear na sociedade norte-americana veja-se Stacey (1990).

Os kwakiutl, da Costa Noroeste dos EUA, são um exemplo de como funcionam as linhagens cognáticas. A pesca do salmão é para eles uma actividade de grande importância económica. Como forma de aliciamento de mão-de-obra, os chefes de cada aldeia dão grandes festas (os famosos *potlatch*). Cada aldeia é governada por um chefe ajudado por seguidores que se relacionam com ele ambilinearmente, formando uma unidade de parentesco denominada *numaym*.

Linhagens e clãs unilineares

Enquanto os bandos de caçadores-recolectores adoptam geralmente a filiação cognática e/ou a residência bilocal devido à necessidade de se ajustarem às condições ecológicas locais e permanecerem abertos, flexíveis e não territoriais, a prática da agricultura leva ao estabelecimento de aldeias com carácter mais sedentário. Quando isso acontece, os grupos domésticos tornam-se corporações de interesses mutuamente exclusivos. A densidade demográfica aumenta e as situações de guerra tornam-se mais frequentes, o que contribui para acentuar a unidade e a exclusividade do grupo unilinear (Ember & Ember, 1971; Ember & Ember e Pasternak 1974). Michael Harner (1970) demonstrou também que existe uma poderosa correlação estatística entre o aumento da dependência da agricultura, por oposição à caça-recolecção, e a transformação dos grupos de filiação cognática em grupos de filiação unilinear. Contudo, não se trata de um processo de sentido único, uma vez que pode dar-se uma regressão para formas cognáticas, caso a população decresça ou a guerra cesse. Esse foi certamente o caso dos kwakiutl, quando a sua população diminuiu após o contacto com os colonos.

Existe uma associação entre regras de filiação e de residência: patrilinearidade com patrilocalidade; matrilinearidade com matrilocalidade; e também uma estreita correlação entre matrilinearidade e avuncolocalidade. Na patrilocalidade, pais, irmãos e filhos formam o núcleo doméstico. Na matrilocalidade, mães, irmãs e filhas formam esse mesmo núcleo. A conexão entre a matrilinearidade e a avuncolocalidade é mais complexa. Neste tipo de residência, o núcleo doméstico é formado pelo tio materno e sobrinhos, mudando-se estes para casa daquele quando ainda crianças.

Patrilocalidade

A esmagadora maioria das sociedades conhecidas possui formas de residência centradas num núcleo masculino. 71% das 1179 classificadas por Murdock no seu *Ethnographic Atlas* (1967) são patrilocais ou virilocais. Na mesma amostra, o número de sociedades que possuem grupos de parentesco patrilineares ultrapassa o das que

possuem grupos matrilineares (558 contra 164). Portanto, patrilocalidade e patrilinearidade representam estatisticamente a moda em termos de organização doméstica. São a forma de organização social predominante em sociedades onde se pratica agricultura com arado e animais de tracção, ou nas sociedades de pastores nómadas. Mas podem também existir em sociedades que vivem da horticultura ou da agricultura-de-queimada (Divale, 1974). Donde se conclui que nas sociedades pré-estatais o predomínio da patrilocalidade significa que a cooperação masculina é mais importante do que a cooperação feminina. Os homens monopolizam as armas de guerra e caça, assim como o controlo político e económico. Provavelmente, a razão para isso está na maior aptidão masculina para o combate corpo a corpo e na reduzida mobilidade das mulheres durante a gravidez e amamentação. Promovendo a estruturação doméstica à volta de um núcleo formado por pais, irmãos e filhos, a patrilocalidade favorece a cooperação militar entre homens que cresceram juntos e evita que pais e filhos fiquem dispersos por aldeias diferentes e se possam defrontar em caso de guerra, ou que tenham conflitos de interesses por pertencerem a linhagens diferentes (Divale e Harris, 1976, Haviland, 1993).

Matrilocalidade

Para que existam grupos de filiação matrilinear é preciso existir matrilocalidade. Mas então qual a 'causa' a matrilocalidade? Existe uma teoria que sustenta ser o aumento da importância do papel das mulheres na actividades produtiva a causa da emergência da matrilocalidade. Esse aumento da importância das mulheres dá-se sobretudo quando se inicia a prática da agricultura ou da horticultura Assim, os grupos domésticos estruturar-se-iam em torno das mulheres, as quais constituem o 'núcleo duro' da economia doméstica em sociedades de horticultura ou agricultura. Porém, estatisticamente não existe uma maior correlação entre horticultura e matrilocalidade do que entre horticultura e patrilocalidade (Ember & Ember 1971; Divale 1974). Além disso, é difícil compreender porque seria necessário um grau de cooperação tão elevado em tarefas hortícolas, de tal forma que impedisse mulheres vindas de grupos domésticos diferentes de trabalhar em conjunto e que obrigasse os homens a abandonar o seu grupo doméstico (cf. Burton *et al.*, 1977; White, 1977; Sanday, 1973).

Então se a matrilocalidade não pode ser explicada pela necessidade de uma organização doméstica centrada nas mulheres, ela deve ser explicada pelas modificações ocorridas na organização do núcleo doméstico masculino. Por exemplo, quando a guerra, a caça, e as trocas de bens passam da curta distância para expedições de longo curso (i.e. de vários meses), a matrilocalidade torna-se uma forma de organização doméstica mais adaptada do que a patrilocalidade. Numa situação de patrilocalidade,

os homens ao abandonarem a aldeia para desempenharem as suas actividades deixam atrás de si um conjunto de mulheres oriundas de diferentes unidades domésticas e ligadas a diferentes grupos de parentesco. Isso dá-lhes uma escassa base comum para desenvolverem trabalho cooperativo na ausência do grupo masculino, que nesses casos constitui o principal 'núcleo duro' solidário.

A matrilocalidade representa uma solução para este tipo de problema, ao centrar a organização do núcleo doméstico nas mulheres, que são o grupo que permanece em 'casa'. Mães, filhas e irmãs são treinadas conjuntamente desde pequenas para o desempenho das actividades domésticas, estando desse modo a 'gestão' da unidade doméstica identificada com os seus interesses materiais e sentimentais. Ao mesmo tempo, os homens enculturados em unidades domésticas matrilocais sentem-se menos constrangidos ao abandonar a aldeia e aguentam mais facilmente ausências prolongadas, pois não deixam para trás os seus 'amigos'.

A capacidade de empreender expedições de longo curso implica que aldeias vizinhas não se ataquem mutuamente quando a maior parte dos seus homens estão ausentes. Isso pode ser assegurado se o grupo expedicionário for formado por um conjunto de homens oriundos de aldeias diferentes ou de diferentes unidades domésticas dentro da mesma aldeia. Nas aldeias patrilocais-patrilineares os grupos beligerantes são constituídos por parentes relacionados patrilinearmente, tratando-se portanto de grupos fraternais com interesses competitivos. Estes grupos de homens estabelecem alianças instáveis entre aldeias vizinhas, trocando as suas irmãs, mas assaltam-se mutuamente em expedições furtivas, raptando mulheres e destruindo as aldeias uns dos outros.

Os grupos matrilocais-matrilineares, ao contrário dos patrilocais-patrilineares, não estão ligadas entre si pela troca de mulheres, mas sim pela associação de homens vindos de grupos domésticos diferentes. Isso evita a formação de grupos de interesses de natureza fraternal, assim como a ruptura social provocada pelos conflitos que esses grupos tendem a travar entre si. Pais e irmãos encontram-se espalhados por diferentes unidades domésticas e, desse modo, as sociedades matrilocais-matrilineares, caso das cinco nações da Liga Iroquesa no Estado de Nova Iorque e dos huron na região do Ontário, gozam de um elevado grau de paz interna. No entanto, e apesar da matrilocalidade, estas sociedades possuem uma história de guerra intensiva movida contra poderosos inimigos externos (Gramby, 1977; Trigger, 1978).

Uma razão adicional para a supressão das hostilidades internas entre os grupos matrilocais é o facto da matrilocalidade ser incompatível com a poligenia. Os homens num sistema matrilocal não têm interesse em casar várias irmãs suas com apenas um homem, assim como eles próprios não têm vantagem em casar com várias mulheres pertencentes a uma mesma linhagem. Deste modo, os conflitos por causa das mulheres, uma das principais razões da guerra entre aldeias, assumem importância reduzida.

Finalmente, resta explicar o que levou à transição de um sistema local de trocas para um sistema de expedições de longo curso apenas em algumas sociedades e não em todas Muito provavelmente, as causas estão relacionadas com o aumento da pressão demográfica e o esgotamento dos recursos locais.

Avuncolocalidade

Nas sociedades matrilocais-matrilineares os homens mostram-se relutantes em deixar o controlo dos seus filhos nas mãos do grupo de parentesco das suas mulheres. E também não lhes agrada o facto de serem os filhos em vez de as filhas a ter de deslocar-se para outra unidade doméstica ou aldeia quando casam. Daí que sociedades matrilocais-matrilineares tendam a evoluir para patrilocais-patrilineares logo que as condições que motivam as expedições de longo curso desapareçam. Uma forma de ultrapassar as contradições do período de transição é afrouxar as obrigações maritais do homem ao ponto de ele nem sequer necessitar viver com a mulher. É o caso dos nayar, na Índia, em que o homem não possui residência em comum com a mulher, continuando ligado à sua unidade doméstica de nascimento (Gough 1952, 1955, 1959). Assim, o controlo familiar é exercido pelos tios sobre os sobrinhos. Os homens em vez de exercerem a 'paternidade' sobre os seus próprios filhos, exercem-na sobre os sobrinhos (filhos das irmãs).

Contudo, a solução mais comum para reduzir as tensões entre os grupos de interesses masculinos é a *residência avuncolocal.* De facto, a maior parte das sociedades matrilineares possuem o *avuncolato* e não a matrilocalidade. O núcleo de uma unidade doméstica avuncolocal é constituído pelo tio e sobrinhos; cada homem controla os filhos das suas irmãs.

A função deste tipo de estruturação doméstica é reintegrar os interesses fraternais do grupo masculino numa situação de filiação matrilinear. A avuncolocalidade ocorre tão frequentemente porque permite aos homens continuarem a dominara situação social e económica em sociedades onde a filiação é matrilinear. Esta interpretação está de acordo com o facto de nunca se ter encontrado uma sociedade *amitalocal* (residência de um ego feminino junto da tia paterna, sendo o núcleo residencial formado por tias e sobrinhas). Isso significa que as mulheres não conseguem controlar os grupos de parentesco patrilineares com a mesma facilidade com que os homens controlam os grupos matrilineares.

Uma estreita linha separa a avuncolocalidade da patrilocalidade. A partir do momento em que o pai consegue reter os filhos sob o seu controlo, em vez de estes se transferirem para casa do seu tio materno, passa-se a uma situação de ambilocalidade, em que alguns filhos permanecem com o pai após o casamento enquanto outros vão

para junto do tio materno. A tendência é para a *ambilocalidade* se transformar em patrilocalidade a partir do momento em que o interesse do pai se sobrepõe ao do tio materno. O passo seguinte será a adopção da patrilinearidade em vez da matrilinearidade, mantendo-se alguns casos de filiação patrilinear com residência matrilocal e de filiação matrilinear com residência patrilocal devido ao facto de o *feedback* positivo entre as estruturas de residência e o sistema de filiação não ser imediato. O que explica os poucos casos existentes de 'desencontro' entre padrão de residência e padrão de filiação, que a prazo tendem a desaparecer. Esta visão da relação entre residência e filiação tem sido acusada de 'machista' pela antropologia feminista, pois parte do princípio que são sempre os homens quem acaba por dominar as sociedades, e que os períodos em que as mulheres assumem o controlo da organização social representam apenas lapsos numa longa tradição de domínio masculino.

O *puzzle* das terminologias de parentesco

Uma terminologia de parentesco é composta por termos e regras, com as quais os parentes se designam entre si. Ao estudar as terminologias, o antropólogo deve evitar traduzir os termos 'nativos' para a sua própria terminologia (e.g. tio, tia, avó, etc.). Não deve assim cair-se no uso de uma linguagem etnocêntrica (Harris 1980). Lewis Henry Morgan foi o primeiro antropólogo a constatar que apesar de existirem milhares de linguagens diferentes o parentesco apenas apresentava 'meia dúzia' de sistemas terminológicos básicos, emergindo todas as outras variantes desse conjunto limitado.

O sistema de parentesco representa as designações que um conjunto de pessoas relacionadas geneticamente e por afinidade, abarcando várias gerações, adoptam umas em relação às outras. Os sistemas base são o esquimó, havaiano, iroquês, sudanês, crow e omaha.

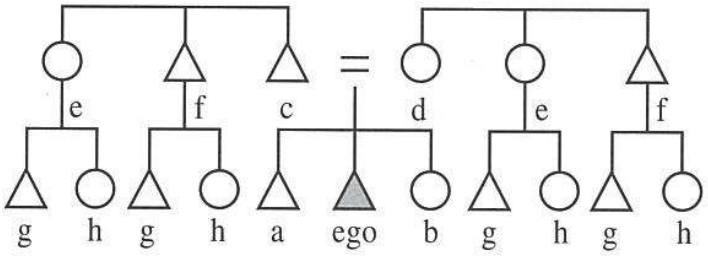

Fig. 1

As suas características mais importantes são as seguintes:

a) nenhum dos termos aplicados aos parentes nucleares do ego é extensível a parentes fora da família nuclear.

b) não é feita distinção entre os lados materno e paterno, e não há diferença entre primos cruzados e primos paralelos, assim como entre 'tios(as)' cruzados(as) e 'tios(as)' paralelos(as).

Em termos de organização e estrutura sociais isso significa que nas sociedades onde existe uma terminologia de tipo esquimó não existem, geralmente, grupos de filiação com carácter corporativo. É a família nuclear que assume o papel central na estruturação da sociedade, tornando-se através da terminologia de parentesco uma unidade demarcada do resto da rede de ralações parentais. Por outro lado, a fusão de todos os primos sob uma única designação, que varia apenas conforme o sexo (Fig. 1), reflecte a maior importância da filiação bilinear face à unilinear. A influência da filiação bilinear revela-se também na ausência de distinção entre os 'tios(as)' de cada um dos lados materno e paterno.

Qualquer facto que contribua para o isolamento da família nuclear aumenta a probabilidade de existir uma terminologia de tipo esquimó. É o caso de algumas sociedades de caçadores-recolectores, onde a escassez de recursos obriga a uma grande mobilidade geográfica e à manutenção de uma densidade demográfica baixa. Nas sociedades industriais e pós-industriais este tipo de sistema reflecte a existência do Estado e de instituições de mercado que se intrometem na organização doméstica familiar, assim como a grande mobilidade geográfica provocada pela existência de um gigantesco mercado de trabalho assalariado. Segundo Murdock (1967) em 54 das 71 sociedades com terminologia esquimó não existem grupos de filiação, mas apenas *parentelas* (kindreds).

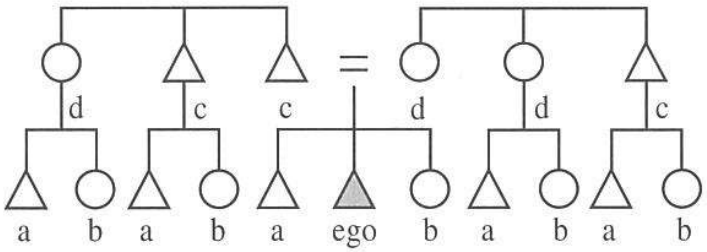

Fig. 2

A terminologia havaiano é a mais simples quanto à sua representação gráfica, pois é a que menor número de termos possui (Fig. 2). Algumas das suas versões não

distinguem sequer o sexo dos parentes. A mais notável característica deste sistema é o facto de o *ego* estender os termos de parentesco usados para classificar os membros da sua família nuclear aos restantes parentes. Isso traduz a fusão da família nuclear em grupos corporativos maiores, como a família extensa por exemplo. Cerca de 21% das sociedades com terminologia havaiana possuem grandes famílias extensas e mais de 50% possuem um qualquer tipo de grupo de filiação diferente da família extensa (Murdock 1967).

Embora teoricamente esses grupos de filiação devam ser cognáticos, uma vez que não existe distinção entre o lado materno e paterno, uma amostra deste tipo de sociedades colhida por Murdock (1967) não sustenta totalmente esse hipótese, visto existirem também grupos unilineares. Essa mistura de formas de filiação não foi até hoje explicada convincentemente por nenhuma 'teoria' de parentesco.

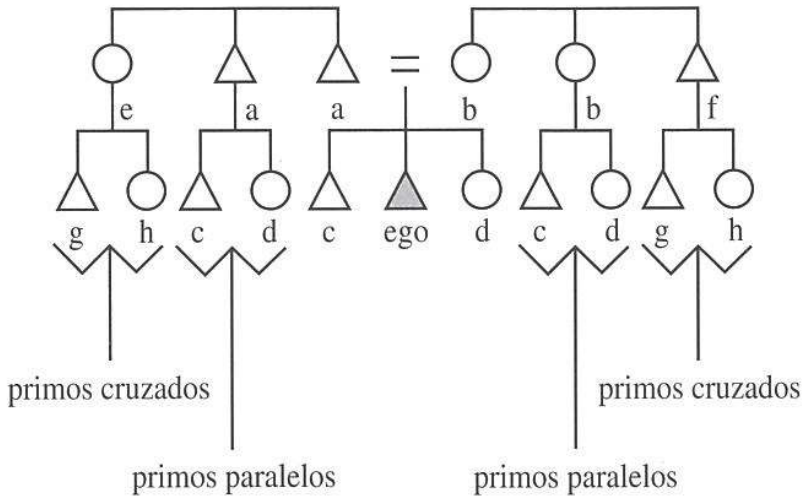

Fig. 3

Pode dizer-se que estamos perante uma terminologia iroquesa quando estão reunidas as seguintes condições:

a) Existe distinção entre primos paralelos e primos cruzados e entre 'tios(as)' paralelos(as) e 'tios(as)' cruzados(as). O irmão do pai do ego toma a mesma designação que o pai, e a irmã da mãe do ego toma a mesma designação que a mãe, assim como os primos paralelos do ego tomam a mesma designação que os irmãos) (Fig. 3).

b) Distinguem-se os(as) 'tios(as)' cruzados e paralelos do lado materno dos(as) tios(as) cruzados e paralelos do lado paterno. Este tipo de *fusão bifurcada* (bifurcate-merging) ocorre como resultado da pertença comum dos irmãos

(siblings) a um grupo de filiação unilinear, e também das alianças contraídas através do casamento entre primos cruzados e entre os diversos grupos de filiação unilinear. Em 166 sociedades possuidoras de terminologia iroquesa 119 (71,6%) possuem uma forma de filiação unilinear (Murdock, 1967).

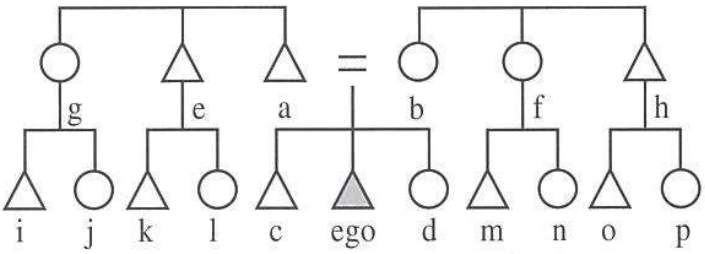

Fig. 4

Trata-se de um sistema cuja principal característica é a distinção individual que é feita entre os primos, recebendo cada um tem um termo específico.

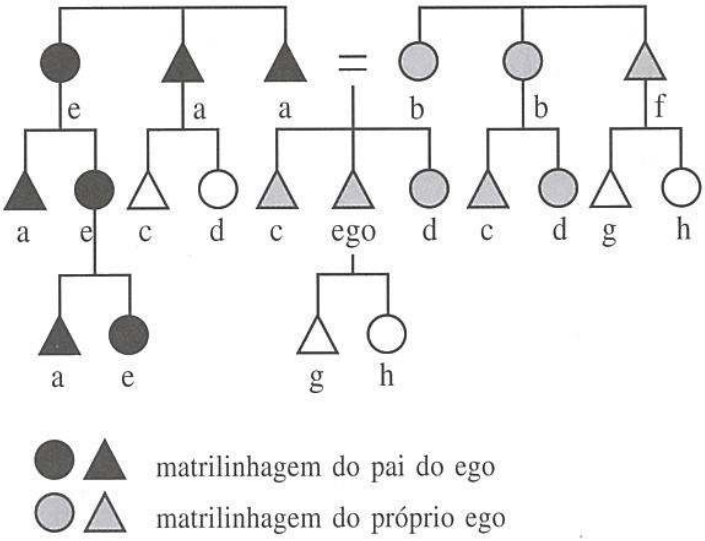

Fig. 5

Na terminologia crow o princípio da linearidade submerge o da geração, uma vez que indivíduos de gerações diferentes são designados pelo mesmo termo de parentesco. No caso dos índios crow trata-se de um sistema matrilinear em que os parentes da matrilinhagem do pai do ego são designados por apenas dois termos, um para cada sexo, independentemente da geração, e todos os filhos dos homens da matrilinhagem

do ego são também designados por apenas dois termos, um para cada sexo (Fig. 5). A distinção entre primos cruzados e paralelos faz-se do mesmo modo que no sistema iroquês. A forma mais pura desta terminologia, pois possui variantes, pertence aos índios crow, que lhe deram o nome e que habitam ainda hoje os planaltos do Montana, nos EUA. Ela terá surgido como resposta adaptativa num ecossistema onde a caça ao búfalo a cavalo se tornou a principal actividade (Eggan, 1972). É também possível que este tipo de terminologias, tanto crow como omaha, tenha surgido como forma de adaptação às condições de guerra criadas pela colonização e pelo contacto com o homem 'branco', sobretudo ao longo do século XIX (Harris, 1983). A necessidade de formar uma resistência em larga escala contra os ataques da cavalaria norte-americana pode ter levado as tribos índias a formar grupos cada vez maiores assentes na filiação.

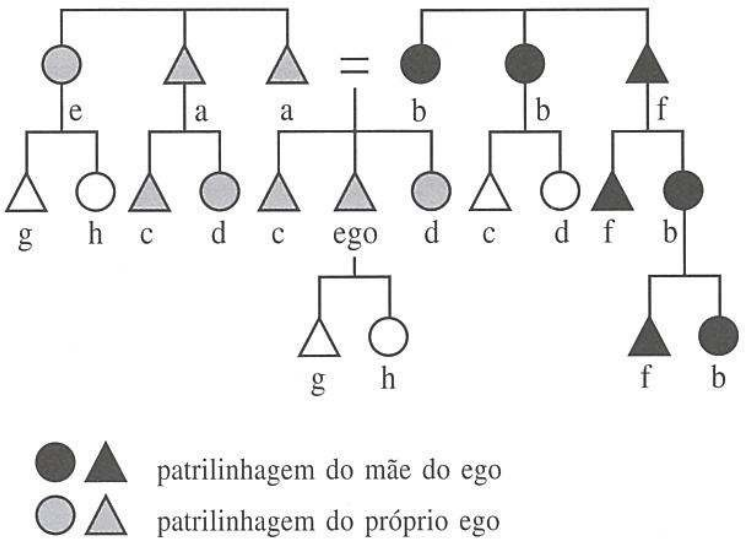

Fig. 6

A terminologia omaha é simétrica da crow, o que significa ser a regra de filiação patrilinear em vez de matrilinear. Enquanto no sistema crow o grupo de filiação é a matrilinhagem do pai do ego, no sistema omaha o grupo de filiação é a patrilinhagem da mãe do ego (Fig. 6).

Qualquer um destes dois sistemas tem servido de quebra-cabeças aos antropólogos. E muitos dos detalhes relativos a certas terminologias de parentesco continuam por explicar. Mas sabe-se hoje que, ao contrário do que pensavam os evolucionistas do séc. XIX, a complexidade dos sistemas de parentesco não resulta do 'génio inventivo' dos 'nativos' mas sim de um processo de adaptação da sua organização social às condições económicas e ambientais existentes nos ecossistemas que habitam.

BIBLIOGRAFIA

BATALHA, LUÍS (1998). 'Emics/Etics Revisitado: 'nativo' e 'antropólogo' lutam pela última palavra, *Etnográfica* II(2): 319-343.

BURTON, MICHAEL; BRUDNER, LILYAN & WHITE, DOUGLAS (1977). 'A model of the Sexual Division of Labor' *American Ethnologist* 4(2): 227-251.

CRAIG, DANIEL (1979). 'Immortality Through Kinship: The Vertical Transmission of Substance and Symbolic Estate' *American Anthropologist* 81: 94-96.

DIVALE, WILLIAM (1974). 'Migration, External Warfare, and Matrilocal Residence' *Behavior Science Research* 9: 75-133.

EGGAN, FRED (1972[1968]). 'Kinship: Introduction' in *The International Encyclopedia of the Social Sciences,* David L Sills (ed), New York: The Macmillan Co. & The Free Press, Vols. VII-VIII.

EMBER, CAROL; EMBER, M.; PASTERNAK, B. (1974). 'On the Development of Unilineal Descent' *Journal of Anthropological Research* 30: 69-94.

EMBER, MELVIN; EMBER, CAROL R. (1971). 'The Conditions Favoring Matrilocal Versus Patrilocal Residence' *American Anthropologist* 73: 571-594.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (1951). *Social Anthropology,* New York: Free Press.

EVANS-PRITCHARD, E. E. & FORTES, M. (1951). *African Political Systems,* International African Institute, London: Oxford University Press.

FIRTH, RAYMOND (1963 [1936]). *We, The Tikopia: A Sociological Study of Kinship in Primitive Polynesia,* Boston: Beacon Press.

FORTES, MEYER (1949). *The Web of Kinship Among the Tallensi,* London: Oxford University Press.

FORTES, MEYER (1969). *Kinship and the Social Order: The Legacy of Lewis Henry Morgan,* Chicago: Aldine.

GOODENOUGH, WARD (1956). 'Componential Analysis and the Study of Meaning' *Language* 32: 195-216.

GOUGH, E. KATHLEEN (1952). 'Changing Kinship Usages in the Setting of Political and Economic Change among the Nayars of Malabar', *Journal of the Royal Anthropological Institute* 82: 5-87.

GOUGH, E. KATHLEEN (1955). 'The Traditional Lineage and Kinship System of the Nayars', (manuscrito não publicado existente na Haddon Library, Cambridge).

GOUGH, KATHLEEN (1959). 'The Nayars and the Definition of Marriage', *Journal of the Royal Anthropological Institute,* 89: 23-34.

GRAMBY, RICHARD (1977). 'Deerskins and Hunting Territories Competition for a Scarce Resource of the Northeastern Woodlands' *American Antiquity* 42:601-605.

HARNER, MICHAEL J. (1970). 'Population Pressure and the Social Evolution of Agriculturalists', *Southwestern Journal of Anthropology* 26: 67-86.

HARRIS, MARVIN (1968). *The Rise of Anthropological Theory,* New York: Crowell.

HARRIS, MARVIN (1980). *Culture, People, Nature: An Introduction to General Anthropology,* New York: Harper & Row (3ª ed.).

HARRIS, MARVIN (1983). *Cultural Anthropology,* New York: Harper & Row.

HAVILAND, WILLIAM A. (1993). *Cultural Anthropology,* New York: Holt, Rinehart & Winston (7ª edição).

HONIGMAN, J. (1973). (ed) *Handbook of Social and Cultural Anthropology,* Chicago: Rand MacNally.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE (1949). *Les Structures Élémentaires de la Parenté,* Paris: PUF.

MALINOWSKI, BRONISLAW (1913). *The Family Among the Australian Aborigenes: A Sociological Study,* London: University of London Press.

MALINOWSKI, BRONISLAW (1922). *Argonauts of the Western Pacific,* New York: Dutton.

MORGAN, LEWIS HENRY (1870). *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family,* Washington: Smithsonian Institution.

MORGAN, LEWIS H. (1877). *Ancient Society,* New York: World Publishing.

MURDOCK, GEORGE P. (1949). *Social Structure,* New York: Macmillan.

MURDOCK, GEORGE P. (1967). *Ethnographic Atlas,* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

NAROLL, RAUL (1973). 'Introduction' in *Main Currents in Anthropology,* R. Naroll and F. Naroll (eds), Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, pp. 1-23.

NEVILLE, GWEN (1979). 'Community Form and Ceremonial Life in Three Regions of Scotland' *American Ethnologist* 6: 93-109.

RADCLIFFE-BROWN, ALFRED R. (1931). 'The Social Organization of Australian Tribes' *Oceania* 1: 426-56.

RADCLIFFE-BROWN, ALFRED R. (1950). 'Intoduction' in *African Systems of Kinship and Mariage,* A. R. Radcliffe-Brown e C. D. Forde (eds), London: Oxford University Press, pp. 1-85.

RIVERS, WILLIAM H. R. (1914). *Kinship and Social Organization,* London: Constable.

SANDAY, PEGGY (1973). 'Toward a Theory of the Status of Women' *American Anthropologist* 75: 1682-1700.

SCHEFFLER, HAROLD (1973). 'Kinship Descent and Alliance' in *Handbook of Social and Cultural Anthropology,* J. Honigman (ed), Chicago: Rand MacNally, pp. 747-793.

STACEY, JUDITH (1990). *Brave New Families,* New York: Basic Books.

TRIGGER, BRUCE (1978). 'Iroquois Matriliny' *Pennsylvania Archaeologist* 48: 55-65.

VAYDA, ANDREW P. (1977). *Environment and Cultural Behavior: ecological studies in cultural anthropology,* Garden City, NY: Natural History Press.

WHITE, DOUGLAS *et al.* (1977). 'Entailment Theory and Method: A Cross-Cultural Analysis of the Sexual Division of Labor' in *Environment and Cultural Behavior: Ecological Studies in Cultural Anthropology,* Andrew P. Vayda (ed), Garden City NY: Natural History Press.